

YOLO PRODUÇÕES LTDA

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO
DE NOVA FRIBURGO/RJ

Pregão Eletrônico nº 90.153/2025
Processo Administrativo nº 28.764/2025

Recorrente: FP AUDIO LTDA
Recorrida: YOLO PRODUÇÕES LTDA

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO (ENFOQUE TÉCNICO-JURÍDICO)

YOLO PRODUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 12.765.638/0001-00, já qualificada nos autos, por seu representante legal, vem, respeitosamente, apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso interposto por FP AUDIO LTDA, com fundamento no art. 165, §4º, da Lei nº 14.133/2021, pelas razões a seguir expostas.

DA ADMISSIBILIDADE

É a presente contrarrazão plenamente tempestiva, uma vez que o prazo para envio se iniciou em 28/01/2026 às 00h00min00s. Sendo o prazo legal para a apresentação da presente medida recursal de 03 (três) dias úteis, as contrarrazões ora formuladas são tempestivas, considerando que o termo final do prazo se dará apenas em 30/01/2026 às 23h59min59s, razão pela qual deve esta respeitável Comissão conhecer e julgar a presente medida.

I – DELIMITAÇÃO OBJETIVA DO RECURSO

O recurso administrativo apresentado não demonstra qualquer ilegalidade concreta na decisão que declarou a YOLO PRODUÇÕES LTDA vencedora do certame, limitando-se a alegações extensas, conjecturais e desprovidas de lastro probatório idôneo, muitas delas baseadas em premissas subjetivas e em modelos de custos próprios da Recorrente.

Não se identifica violação ao edital, ao Termo de Referência ou à Lei nº 14.133/2021 que justifique a reforma da decisão administrativa regularmente motivada.

II – DO MÉRITO

1. DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

O edital limitou-se a exigir declaração em campo próprio do sistema, não impondo, como condição de habilitação ou julgamento, a apresentação de documentos comprobatórios detalhados. A Administração, ao assim proceder, observou estritamente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Ressalte-se que, nos termos do art. 25, §4º, da Lei nº 14.133/2021, a obrigatoriedade formal de Programa de Integridade, hipótese que manifestamente não se aplica ao presente certame.

A pretensão recursal revela-se juridicamente improcedente e incompatível com o devido processo administrativo sancionador.

2. DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA – ANÁLISE TÉCNICA DISCRICIONÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

A proposta da YOLO PRODUÇÕES LTDA foi submetida à análise da Administração, que exerceu regularmente sua competência técnica e concluiu pela exequibilidade dos valores ofertados.

A Recorrente tenta substituir o juízo técnico-administrativo por cálculos unilaterais, construídos a partir de sua própria estrutura de custos, o que é vedado pelo ordenamento jurídico e pela jurisprudência consolidada do TCU.

A inexecuibilidade não se presume. Exige demonstração objetiva e inequívoca de inviabilidade, o que não se verifica. A Recorrida prestou os esclarecimentos solicitados em diligência.

O entendimento pacífico do TCU é no sentido de que diferenças de metodologia, eficiência operacional, logística, frota própria, estrutura de pessoal e estratégia empresarial não autorizam, por si sós, a desclassificação da proposta.

3. DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA – SUFICIÊNCIA E PRESUNÇÃO DE VERACIDADE

O atestado apresentado comprova a execução de serviços compatíveis com o objeto licitado, atendendo ao critério de similaridade exigido pela legislação.

A Lei nº 14.133/2021 não exige identidade absoluta entre o objeto do atestado e o objeto licitado, mas compatibilidade em natureza, complexidade e finalidade. Exigência diversa configuraria restrição indevida à competitividade.

As imputações de falsidade documental são graves, porém absolutamente desprovidas de prova técnica, ou administrativa. Alegações baseadas em pesquisas informais em redes sociais não possuem valor jurídico e não afastam a presunção de legitimidade dos documentos apresentados.

4. DO ACERVO TÉCNICO E DA CAPACIDADE OPERACIONAL

A documentação apresentada demonstra que a YOLO PRODUÇÕES LTDA dispõe de estrutura técnica e operacional compatível com a execução do contrato, inclusive quanto à possibilidade de eventos simultâneos.

O edital não exige a comprovação prévia de três execuções simultâneas, mas sim a capacidade de atendimento quando demandada, o que foi corretamente analisado e aceito pela Administração.

5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – AUSÊNCIA DE VÍCIO MATERIAL

Os balanços apresentados atendem às exigências do edital e foram aceitos pela área técnica competente. Não há prova de erro material capaz de comprometer a análise da capacidade econômico-financeira.

Ainda que houvesse divergência formal, a jurisprudência do TCU prestigia o formalismo moderado e a possibilidade de saneamento por diligência, não sendo admissível a inabilitação automática sem demonstração de prejuízo à Administração.

6. DA LISTA DE EQUIPAMENTOS – ATENDIMENTO AO TERMO DE REFERÊNCIA

A lista de equipamentos apresentada atende às exigências mínimas do Termo de Referência, sendo suficiente para demonstrar a disponibilidade dos meios materiais necessários à execução do objeto.

Bastando a comprovação de capacidade operacional, o que foi observado.

III – DA ROBUSTEZ DA DECISÃO ADMINISTRATIVA E DA IMPROPRIEDADE DE REFORMA

A decisão que declarou a YOLO PRODUÇÕES LTDA vencedora encontra-se devidamente motivada, amparada no edital, na Lei nº 14.133/2021 e na análise técnica da Administração.

A reforma pretendida implicaria indevida substituição do mérito administrativo, o que é vedado tanto na esfera administrativa quanto judicial, salvo flagrante ilegalidade, inexistente no caso concreto.

IV – CONCLUSÃO E PEDIDO

Diante do exposto, opina-se e requer-se:

1. O indeferimento integral do recurso administrativo interposto por FP AUDIO LTDA;
2. A manutenção da decisão que declarou a YOLO PRODUÇÕES LTDA vencedora do certame;
3. O regular prosseguimento do procedimento licitatório, com observância aos princípios da legalidade, vinculação ao edital, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa.

O presente texto encontra-se redigido de forma adequada para subsidiar decisão do Agente de Contratação, manifestação técnica ou parecer jurídico, bem como apto a resistir a eventual controle judicial, inclusive por mandado de segurança.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Além Paraíba - MG, 28 janeiro de 2026



Documento assinado digitalmente
REGINALDO CAMARA ESTEVANIM
Data: 28/01/2026 16:56:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

REGINALDO CAMARA ESTEVANIM

RG Nº. 112171444 IFP-RJ

CPF: 083.081.117-69

SÓCIO PROPRIETÁRIO